



Banco Bradesco BERJ S.A.

(Anteriormente denominado Banco BERJ S.A.)
CNPJ 33.147.315/0001-15
Sede: Praça Pio X, nº 118, 6º Andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do Banco Bradesco BERJ S.A. (BERJ ou Instituição), anteriormente denominado Banco BERJ S.A., referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2014, produzidas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

No semestre o BERJ registrou Lucro Líquido de R\$ 1,8 bilhão, contabilizando um Patrimônio Líquido de R\$ 52,8 bilhões e Ativos Totais no montante de R\$ 74,7 bilhões.

A Instituição declara, também, em atendimento aos termos do Artigo 11º, do Regulamento Anexo à Resolução nº 4.122/12, do Conselho Monetário Nacional, que as operações da Instituição estão sendo adequadas para consecução dos objetivos estratégicos definidos no Plano de Negócios submetido e aprovado pelo Banco Central do Brasil.

Atenciosamente,
Rio de Janeiro, RJ, 30 de julho de 2014.
Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO - Reais mil					
ATIVO	2014	2013	PASSIVO	2014	2013
CIRCULANTE	7.194.735	48.893.076	CIRCULANTE	21.725.457	3.581.149
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	54	54	DEPÓSITOS (Nota 13a)	1.754.348	-
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	1.413.362	43.459.017	Depósitos Interfinanceiros	1.754.348	-
Aplicações no Mercado Aberto	1.413.362	64.191	OBRIGAÇÕES POR OPERAÇÕES COMPROMISSADAS (Nota 13b)	18.599.637	2.954.374
Depósitos Interfinanceiros	-	43.394.826	Carteira Própria	18.599.637	2.954.374
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS			OBRIGAÇÕES POR REPASSES NO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS		
DERIVATIVOS (Nota 6)	4.323.458	4.003.514	(Nota 14)	1.258	1.252
Carteira Própria	2.534.407	2.766.565	Outras Instituições	1.258	1.252
Vinculados à Operações Compromissadas	1.720.143	1.230.781	OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.370.214	625.523
Vinculados à Prestação de Garantias	68.908	6.168	Sociais e Estatutárias (Nota 17d)	191.631	-
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	-	-	Fiscais e Previdenciárias (Nota 16a)	1.150.737	553.362
Créditos Vinculados	-	352	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	1.236	1.229
Provisão para Créditos Vinculados ao SFH	-	(352)	Diversas (Nota 16b)	26.610	70.932
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	-	13			
Transferência Interna de Recursos	-	13	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	129.657	176.690
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 7)	288.578	139.776	OUTRAS OBRIGAÇÕES	129.657	176.690
Operações de Crédito - Setor Privado	290.028	139.837	Fiscais e Previdenciárias (Nota 16a)	33.896	162.895
Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.450)	(61)	Diversas (Nota 16b)	95.761	13.795
OUTROS CRÉDITOS (Nota 8)	1.125.148	1.245.070			
Rendas a Receber	19.681	1.098	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 17)	52.842.180	48.880.604
Diversos	1.106.350	1.244.036	Capital:		
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(883)	(64)	- De Domiciliados no País	52.288.489	50.227.315
OUTROS VALORES E BENS (Nota 9)	44.135	45.632	- Ajustes de Avaliação Patrimonial	(61.546)	(4.608)
Outros Valores e Bens	176.925	187.016	- Reservas de Lucros	615.237	-
Provisões para Desvalorizações	(132.790)	(141.384)	- Lucros/(Prejuízos) Acumulados	-	(1.342.103)
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	67.115.780	3.720.334			
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	43.615.832	-			
Depósitos Interfinanceiros	43.615.832	-			
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS					
DERIVATIVOS (Nota 6)	21.264.579	1.723.177			
Carteira Própria	3.840.447	-			
Vinculados à Operações Compromissadas	17.372.563	1.723.177			
Vinculados à Aquisição de Ações de Empresas Estatais	51.569	-			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 7)	1.370.493	1.428.186			
Operações de Crédito - Setor Privado	1.377.380	1.428.879			
Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa	(6.887)	(693)			
OUTROS CRÉDITOS (Nota 8)	864.876	568.971			
Diversos	870.360	573.727			
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(5.484)	(4.756)			
PERMANENTE	386.779	25.033			
INVESTIMENTOS	316.420	24.650			
Participações em Coligadas e Controladas:					
- No País (Nota 10)	316.085	24.649			
Outros Investimentos	3.175	1			
Provisões para Perdas	(2.840)	-			
IMOBILIZADO DE USO (Nota 11)	69.904	383			
Imóveis de Uso	26.823	-			
Reavaliações de Imóveis de Uso	93.050	-			
Outras Imobilizações de Uso	597	411			
Depreciações Acumuladas	(50.566)	(28)			
INTANGÍVEL (Nota 12)	455	-			
Outros Ativos Intangíveis	482	-			
Amortizações Acumuladas	(27)	-			
TOTAL	74.697.294	52.638.443	TOTAL	74.697.294	52.638.443

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil			DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil					
2014	2013		Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Totais	
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	3.991.559	1.694.342	Eventos					
Operações de Crédito	100.078	62.657	Saldos em 31.12.2012	50.227.315	-	-	47.927.267	
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6d)	3.891.481	1.631.685	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	(4.608)	-	(4.608)	
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	961.107	63.680	Lucro Líquido	-	-	957.945	957.945	
Operações de Captações no Mercado (Notas 13a e b)	954.289	60.623	Saldos em 30.6.2013	50.227.315	-	(4.608)	48.880.604	
Operações de Empréstimos e Repasses (Nota 14b)	8	-	Saldos em 31.12.2013	50.227.315	-	(44.506)	49.229.309	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	6.810	3.057	Aumento de Capital por Incorporação	2.061.174	-	-	2.061.174	
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	3.030.452	1.630.662	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	(17.535)	495	(17.040)	
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	(126.979)	(61.839)	Lucro Líquido	-	-	1.760.368	1.760.368	
Despesas de Pessoal (Nota 18)	(5.529)	(1.871)	Destinações: - Reservas	40.343	574.894	-	(615.237)	
Outras Despesas Administrativas (Nota 19)	(6.101)	(5.659)	- Dividendos Propostos	-	-	-	(191.631)	
Despesas Tributárias (Nota 20)	(145.541)	(87.904)	Saldos em 30.6.2014	52.288.489	40.343	574.894	(62.041)	
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 10)	13.350	3.050				495	-	
Outras Receitas Operacionais (Nota 21)	47.358	41.867						
Outras Despesas Operacionais (Nota 22)	(30.516)	(11.322)						
RESULTADO OPERACIONAL	2.903.473	1.568.823						
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 23)	14.644	30.453						
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	2.918.117	1.599.276						
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 25)	(1.157.749)	(641.331)						
LUCRO LÍQUIDO	1.760.368	957.945						
Número de ações (Nota 17a)	155.463	149.300						
Lucro por ação em R\$	11.323.39	6.416.24						

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil			DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil				
2014	2013		Descrição	2014	%	2013	%
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			1 - RECEITAS	4.016.235	130,8	1.752.283	103,6
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	2.918.117	1.599.276	1.1) Intermediação Financeira	3.991.559	130,0	1.694.342	100,2
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	141.788	46.112	1.2) Provisão para Devedores Duvidosos	(6.810)	(0,2)	(3.057)	(0,2)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	6.810	3.057	1.3) Outras	31.486	1,0	60.998	3,6
Depreciações e Amortizações	476	15	2 - DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(954.297)	(31,0)	(60.623)	(3,6)
Reversão/Provisão por Desvalorização de Ativos	(2.973)	(13.512)	3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(5.366)	(0,2)	(5.433)	(0,2)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(13.350)	(3.050)	Serviços de Terceiros	(695)	-	(866)	-
Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	155.864	68.262	Propaganda, Publicidade e Publicações	(262)	-	(331)	-
Perda na Venda de Imobilizado	6	-	Comunicações	(47)	-	(20)	-
Ganho na Alienação de Bens Não de Uso Próprio	(5.045)	(8.660)	Transporte	(23)	-	(43)	-
Lucro Líquido Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	3.059.905	1.645.388	Serviços Técnicos Especializados	(1.691)	(0,1)	(1.849)	(0,1)
Varição de Ativos e Obrigações	2.560.891	180.380	Materiais, Energia e Outros	(24)	-	(11)	-
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de liquidez	1.653	(1.680.739)	Viagens	(45)	-	(91)	-
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	2.957.517	(573.651)	Condomínios	(1.187)	(0,1)	(1.271)	(0,1)
(Aumento)/Redução em Relações Interfinanceiras e Interdependências	1	(13)	Manutenção e Conservação de Bens	(636)	-	(184)	-
(Aumento)/Redução em Operações de Crédito	3.087	(150.104)	Processamento de Dados	(18)	-	(33)	-
(Aumento) em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(27.958)	(21.272)	Sistema Financeiro	(337)	-	(51)	-
Aumento em Captações no Mercado Aberto	182.471	2.954.374	Outros	(401)	-	(683)	-
Aumento em Depósitos	1.754.348	-	4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	3.056.572	99,6	1.686.227	99,8
Aumento em Obrigações por Empréstimos e Repasses	4	-	5 - DEPRECIações, AMORTIZAÇÕES	(476)	-	(15)	-
Redução em Outras Obrigações	(1.729.309)	(117.156)	6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)	3.056.096	99,6	1.686.212	99,8
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(580.923)	(231.059)	7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	13.350	0,4	3.050	0,2
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	5.620.796	1.825.768	Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	13.350	0,4	3.050	0,2
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			8 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	3.069.446	100,0	1.689.262	100,0
(Aumento) em Títulos Disponíveis para Venda	(4.872.825)	(1.798.938)	9 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	3.069.446	100,0	1.689.262	100,0
Aquisição de Imobilizado de Uso	(185)	(228)	9.1) Remuneração	4.973	0,2	1.600	0,1
Aquisição de Bens Não de Uso Próprio	-	(491)	Proventos	2.094	0,1	909	0,1
Alienação de Bens Não de Uso Próprio	9.356	28.075	Benefícios	2.518	0,1	416	-
Aquisição de Intangível	(194)	-	FGTS	86	-	89	-
Dividendos Recebidos de Coligadas e Controladas	172	-	Outros	275	-	186	-
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Investimentos	(4.863.676)	(1.771.582)	9.2) Impostos, Taxas e Contribuições	1.303.846	42,5	729.506	43,2
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos			Federal	1.302.355	42,4	724.692	42,9
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(1.005)	-	Municipal	1.491	0,1	4.814	0,3
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades de Financiamentos	(1.005)	-	9.3) Remuneração de Capitais de Terceiros	259	-	211	-
Aumento Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	756.115	54.186	Aluguéis	259	-	211	-
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	657.038	10.059	9.4) Remuneração de Capitais Próprios	1.760.368	57,3	957.945	56,7
Caixa e Equivalentes de Caixa - Empresa Incorporada	263	-	Dividendos	191.631	6,2	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	1.413.416	64.245	Lucros Retidos	1.568.737	51,1	957.945	56,7
Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa	756.115	54.186					

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

continua...

...continuação



Banco Bradesco BERJ S.A.

(Anteriormente denominado Banco BERJ S.A.)

CNPJ 33.147.315/0001-15

Sede: Praça Pio X, nº 118, 6º Andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ

Gestão, Elaboração e Divulgação de Relatórios de Análise Econômica Financeira e Demonstrações Contábeis Consolidadas da Organização Bradesco.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Bradesco BERJ S.A. (anteriormente denominado Banco BERJ S.A.) (BERJ ou Instituição), instituição financeira integrante da Organização Bradesco, tem por objetivo a realização de quaisquer operações bancárias e de prestação de serviços que sejam permitidas pela legislação e regulamentos, pertinentes às instituições de sua espécie, ou autorizadas pelo Banco Central do Brasil (Bacen), inclusive a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às carteiras autorizadas: carteira de arrendamento mercantil, carteira comercial, carteira de crédito imobiliário (todas as regiões), carteira de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor, podendo, igualmente, o Banco participar de outras sociedades. O BERJ é parte integrante da Organização Bradesco e suas operações são conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto. Em 15 de agosto de 2013, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a proposta da Diretoria para alterar a denominação social de Banco BERJ S.A. para Banco Bradesco BERJ S.A., homologada pelo Bacen em 28 de agosto de 2013.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de abril de 2014, foi aprovada a incorporação da Alvorada Cartões, Crédito, Financiamento e Investimento S.A., conforme firmado no "Instrumento de Protocolo e Justificação de Incorporação entre o Banco Bradesco BERJ S.A. e Alvorada Cartões, Crédito, Financiamento e Investimento S.A." visando promover a reorganização societária, com a absorção e centralização do negócio de cartões de crédito, racionalizando e, conseqüentemente, reduzindo a estrutura societária, os custos operacionais, administrativos e legais. A incorporação ocorreu em 30 de abril de 2014, utilizando como base Balanços Patrimoniais específicos levantados em 31 de março de 2014 pelas Sociedades envolvidas. A operação continua pendente de homologação pelo Bacen.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nºs 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, para fins de contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Bacen. Incluem estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões cíveis, fiscais e trabalhistas, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda e ativos não financeiros e outras provisões, quando aplicável. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 30 de julho de 2014. Para fins de comparabilidade, demonstramos abaixo os ativos e passivos incorporados da Alvorada Cartões, Crédito, Financiamento e Investimento S.A. com data base de 31 de março de 2014 (Nota 1):

Ativo	
Circulante e Realizável a Longo Prazo	1.807.596
Disponibilidades	263
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.251.460
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	230.503
Outros Créditos	325.164
Outros Valores e Bens.....	206
Permanente	340.362
Investimentos	270.554
Imobilizado de Uso	69.808
Total	2.147.958
Passivo	
Circulante e Exigível a Longo Prazo	86.784
Outras Obrigações	86.784
Acervo Líquido	2.061.174
Total	2.147.958

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo seu valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários - classificação

- Títulos para negociação - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período, e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e
- Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Operações de crédito, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito, são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de atraso (1)	Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias	B
• de 31 a 60 dias	C
• de 61 a 90 dias	D
• de 91 a 120 dias	E
• de 121 a 150 dias	F
• de 151 a 180 dias	G
• superior a 180 dias	H

(1) Para as operações com prazos a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

A atualização (*accrual*) das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento. As operações em atraso classificadas como nível «H» permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociadas que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação, são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e levam em consideração as normas e instruções do CMN e do Bacen, associadas às avaliações realizadas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre o prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos -

Diversos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas são registradas na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversões das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas do segmento financeiro.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos Artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas leis estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, bem como a origem e previsão de realização dos créditos tributários estão apresentados na Nota 25.

h) Despesas antecipadas

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registrados nos resultados de acordo com o regime de competência.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado, quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos da Instituição ou quando não são mais esperados benefícios futuros.

i) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas e coligadas, com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

j) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: imóveis de uso - 4% ao ano e móveis e utensílios e máquinas e equipamentos - 10% ao ano e sistemas de processamento de dados - de 20% ao ano, e ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

k) Intangível

Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

l) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

m) Depósitos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data de balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

n) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

Detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados, por natureza, estão apresentadas na Nota 15.

o) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base *pro rata* dia).

p) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2014	2013
Disponibilidades em moeda nacional.....	54	54
Total de disponibilidades (caixa)	54	54
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1).....	1.413.362	64.191
Total caixa e equivalentes de caixa	1.413.416	64.245

(1) Referem-se às operações cujo vencimento, na data da efetiva aplicação, foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição e prazos

	Em 30 de junho - R\$ mil				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	Acima de 5 anos	2014	2013
Aplicações no mercado aberto:					
Posição bancada					
- Letras do tesouro nacional.....	1.413.362	-	-	1.413.362	64.191
Aplicações em depósitos interfinanceiros					
- Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	-	43.615.832	43.615.832	43.394.826
Total em 30 de junho de 2014	1.413.362	-	43.615.832	45.029.194	
%	3,1	-	96,9	100,0	
Total em 30 de junho de 2013	64.191	43.394.826	-	-	43.459.017
%	0,1	99,9	-	-	100,0

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2014	2013
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez:		
- Rendas de aplicações em operações compromissadas - Posição bancada.....	26.600	2.348
- Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	2.434.036	1.457.383
Total (Nota 6d)	2.460.636	1.459.731

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Composição da carteira por título

Títulos	Em 30 de junho - R\$ mil								
	Até 30 dias	De 31 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (1)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/contábil (1)	Marcação a mercado
Títulos públicos	-	2.439	17.743	105.248	125.430	114.752	10.678	6.167	(2)
Letras financeiras do tesouro	-	2.439	17.743	53.679	73.861	73.876	(15)	6.167	(2)
Moedas de privatização.....	-	-	-	51.569	51.569	40.876	10.693	-	-
Títulos privados	560.076	1.614.939	1.059.541	22.228.051	25.462.607	25.581.613	(119.006)	5.720.524	(10.064)
Debêntures	16.871	831.232	1.059.541	22.228.051	24.135.695	24.246.255	(110.560)	4.675.995	(9.227)
Notas promissórias.....	200.059	783.707	-	-	983.766	992.217	(8.451)	539.831	(837)
Fundos de investimento	343.141	-	-	-	343.141	343.141	-	504.698	-
Ações	5	-	-	-	5	-	5	-	-
Total em 30 de junho de 2014	560.076	1.617.378	1.077.284	22.333.299	25.588.037	25.696.365	(108.328)	5.726.691	(10.066)
Total em 30 de junho de 2013	504.698	373.240	237.744	4.611.009					

continua...

...continuação



Banco Bradesco BERJ S.A.

(Anteriormente denominado Banco BERJ S.A.)

CNPJ 33.147.315/0001-15

Sede: Praça Pio X, nº 118, 6º Andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

b) Classificação por categorias e prazos

Títulos	2014					2013				
	Até 30 dias	De 31 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (1)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/contábil (1)	Marcação a mercado	
Títulos para negociação (2):	421.909	226.421	56.099	1.068.720	1.773.149	1.778.075	(4.926)	3.932.361	(2.387)	
Letras financeiras do tesouro	-	2.439	17.743	53.679	73.861	73.876	(15)	6.167	(2)	
Debêntures (3)	-	149.145	38.356	1.015.041	1.202.542	1.207.077	(4.535)	2.881.665	(1.548)	
Notas promissórias	78.768	74.837	-	-	153.605	153.981	(376)	539.831	(837)	
Fundos de investimento	343.141	-	-	-	343.141	343.141	-	504.698	-	
Títulos disponíveis para venda:	138.167	1.390.957	1.021.185	21.264.579	23.814.888	23.918.290	(103.402)	1.794.330	(7.679)	
Debêntures (3)	16.871	682.087	1.021.185	21.213.010	22.933.153	23.039.178	(106.025)	1.794.330	(7.679)	
Moedas de privatização	-	-	-	51.569	51.569	40.876	10.693	-	-	
Notas promissórias	121.291	708.870	-	-	830.161	838.236	(8.075)	-	-	
Ações	5	-	-	-	5	-	5	-	-	
Total em 30 de junho de 2014	560.076	1.617.378	1.077.284	22.333.299	25.588.037	25.696.365	(108.328)	5.726.691	(10.066)	
Total em 30 de junho de 2013	504.698	373.240	237.744	4.611.009						

(1) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes;

(2) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante; e

(3) Em 30 de junho de 2014, foram reclassificados R\$ 1.656.698 mil da categoria "Títulos para Negociação" para a categoria "Títulos Disponíveis para Venda".

c) Instrumentos financeiros derivativos

Em 30 de junho de 2014 e de 2013 a Instituição não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

d) Resultados com títulos e valores mobiliários

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2014	2013
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	2.460.636	1.459.731
Títulos de renda fixa	1.407.678	167.256
Rendas de aplicações em fundos de investimentos	23.167	4.698
Total	3.891.481	1.631.685

7) OPERAÇÕES DE CRÉDITO, OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

a) Modalidades e prazos

Operações de crédito	Curso normal						Em 30 de junho - R\$ mil			
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2014 (A)	%	2013 (A)	%
Empréstimos e títulos descontados (1)	15.940	18.721	17.629	60.866	176.872	1.377.380	1.667.408	99,7	1.568.716	99,8
Outros créditos	930	373	778	675	567	1.252	4.575	0,3	2.538	0,2
Total em 2014	16.870	19.094	18.407	61.541	177.439	1.378.632	1.671.983	100,0		
Total em 2013	10.194	12.270	11.008	39.227	69.322	1.429.233			1.571.254	100,0

Operações de crédito	Curso anormal						Em 30 de junho - R\$ mil			
	Parcelas vencidas			91 a 180 dias	181 a 540 dias	Acima de 540 dias	2014 (B)	%	2013 (B)	%
Empréstimos e títulos descontados (1)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros créditos	54	38	42	164	168	466	100,0	-	-	-
Total em 2014	54	38	42	164	168	466	100,0			
Total em 2013	-	-	-	-	-	-	-		-	-

Operações de crédito	Curso anormal						Em 30 de junho - R\$ mil							
	Parcelas vencidas			91 a 180 dias	181 a 540 dias	Acima de 540 dias	2014 (C)		2013 (C)		Total geral (A+B+C)			
Empréstimos e títulos descontados (1)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.667.408	99,7	1.568.716	99,8
Outros créditos	59	57	60	136	215	256	783	100,0	-	-	5.824	0,3	2.538	0,2
Total em 2014	59	57	60	136	215	256	783	100,0			1.673.232	100,0		
Total em 2013	-	-	-	-	-	-	-	-					1.571.254	100,0

(1) O BERJ adquiriu créditos de titularidade do Banco Bradesco S.A., oriundos de Operações de Capital de Giro, mediante Contratos de Cessão de Crédito sem Coobrigação.

b) Composição das operações de créditos, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

Níveis de risco	Saldo da carteira					Provisão					Provisão mínima requerida
	Curso normal	Curso anormal		Total	%	Específica		Genérica	Total	%	
		Vencidas	Vencidas			Vencidas	Vencidas				
A	1.668.485	-	-	1.668.485	99,7	-	-	8.342	8.342	0,5	
B	746	1	7	754	-	-	-	7	7	1,0	
C	2.752	19	302	3.073	0,3	1	9	83	93	3,0	
D	-	6	22	28	-	1	2	-	3	10,0	
E	-	7	24	31	-	2	7	-	9	30,0	
F	-	11	51	62	-	5	26	-	31	50,0	
G	-	29	78	107	-	20	55	-	75	70,0	
H	-	393	299	692	-	393	299	-	692	100,0	
Total em 30 de junho de 2014	1.671.983	466	783	1.673.232	100,0	422	398	8.432	9.252		
Total em 30 de junho de 2013	1.570.863	56	335	1.571.254	100,0	8	30	794	832		

c) Setor de atividade econômica

Setor privado	Em 30 de junho - R\$ mil				Diversos	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2014	%	2013	%		2014	2013
Serviços	1.667.735	99,7	1.569.129	99,9	Títulos e créditos a receber	290.078	315.388
Holdings, atividades jurídicas, contábeis e assessoria empresarial	97.754	5,8	-	-	Devedores por depósitos em garantia (1)	634.432	299.734
Atividades imobiliárias, alugueis e serviços	1.418.448	84,8	1.568.715	99,9	Impostos e contribuições a compensar	14.420	12.583
Construção civil	151.533	9,1	383	-	Pagamentos a ressarcir	133.621	24.676
Transportes e armazenagens	-	-	31	-	Créditos tributários de impostos e contribuições (Nota 25c)	895.525	1.161.655
Pessoa física	5.497	0,3	2.125	0,1	Devedores por compra de valores e bens	5.824	2.538
Outros	-	-	-	-	Outros	2.810	1.189
Total	1.673.232	100,0	1.571.254	100,0	Subtotal de outros créditos - diversos	1.976.710	1.817.763

d) Concentração das operações de crédito

	Em 30 de junho - R\$ mil				Provisão para outros créditos
	2014	%	2013	%	
Maior devedor	1.418.408	84,8	1.417.825	90,24	Com característica de concessão de crédito
Dez maiores devedores	1.670.528	99,8	1.570.658	100,0	Sem característica de concessão de crédito
Vinte maiores devedores	1.671.841	99,9	1.571.143	100,0	Subtotal de provisão para outros créditos
Cinquenta maiores devedores	1.673.089	100,0	1.571.254	100,0	(6.367)
					Total de outros créditos
					1.990.024

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2014	2013
Saldo inicial	1.622	-
Constituição líquida de reversão de provisão	7.630	832
Saldo final (1)	9.252	832
- Provisão específica (2)	820	38
- Provisão genérica (3)	8.432	794

(1) Inclui R\$ 915 mil (2013 - R\$ 78 mil) de provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (Nota 8);

(2) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias; e

(3) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e portanto, não enquadradas no item anterior.

8) OUTROS CRÉDITOS

	Em 30 de junho - R\$ mil		Custo	Provisão para perda	Custo líquido de provisão	
	2014	2013			2014	2013
Rendas a receber	19.681	1.098	-	-	44.128	45.632
Dividendos e bonificações a receber	18.183	-	165.508	(121.380)	-	-
Outras rendas a receber	1.498	1.098	11.362	(11.362)	-	-
			55	(48)	7	-
Total em 30 de junho de 2014	176.925	(132.790)	176.925	(132.790)	44.135	-
Total em 30 de junho de 2013	187.016	(141.384)			45.632	-

10) INVESTIMENTOS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de participação em coligadas e controladas":

Empresas	Em 30 de junho - R\$ mil									
	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Quantidade de ações possuídas (em milhares)		Participação no capital social %	Lucro líquido ajustado	Valor contábil		Ajuste decorrente de avaliação (1)	
			Ações	Cotas			2014	2013	2014	2013
BEC - DTVM Ltda. (2)	23.500	42.188	-	23.499	99,999996	1.148	42.188	-	591	-
Serel Participações em Imóveis S.A. (2)	260.000	1.627.759	1.640	-	11,356734	60.039	181.493	-	3.431	-
Tapajós Holdings Ltda. (2)	413.433	710.458	-	24.836	6,007407	65.022	42.680	-	1.984	-
Caetê Holdings Ltda. (2)	162.000	403.448	-	304	0,755776	103.663	3.049	-	385	-
Marselha Holdings Ltda. (2)	247.300	413.340	-	101	0,054640	(36.336)	226	-	(9)	-
Empresa Brasileira de Soldas Elétricas S.A. - EBSE (3)	66.980	66.215	4.900	-	49,000000	6.224	32.445	24.649	6.968	3.050
Tecnologia Bancária S.A. (2) (4)	-	-	-	-	-	-	14.004	-	-	-
Total geral							316.085	24.649	13.350	3.050

(1) Ajuste decorrente de avaliação considera os resultados apurados, periodicamente, pelas companhias e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, quando aplicáveis;

(2) Investimentos oriundos de incorporação da Alvorada CCFI em 30 de abril de 2014;

(3) Para fins de Equivalência Patrimonial foi considerado o Balanço Patrimonial de 30 de abril de 2014 (2013 - Balanço Patrimonial de 30 de abril de 2013); e

(4) Investimento na Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN - não avaliado pelo método de equivalência patrimonial em decorrência das alterações estabelecidas pela Resolução nº 3.619/08 do CMN.

continua...

...continuação



Banco Bradesco BERJ S.A.

(Anteriormente denominado Banco BERJ S.A.)

CNPJ 33.147.315/0001-15

Sede: Praça Pio X, nº 118, 6º Andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ

 Gestão, Elaboração e
Divulgação de
Relatórios de Análise
Econômica Financeira e
Demonstrações
Contábeis Consolidadas
da Organização
Bradesco.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

11) IMOBILIZADO DE USO

	Taxas	Custo	Depreciação	Em 30 de junho - R\$ mil	
				Custo líquido de depreciação 2014	2013
Imóveis de uso:					
- Edificações	4%	55.735	(50.491)	5.244	-
- Terrenos		64.138	-	64.138	-
Instalações, móveis e equipamentos	10%	119	(20)	99	312
Sistema de comunicação e processamento de dados	20%	124	(24)	100	71
Benefitórias	-	354	(31)	323	-
Total em 30 de junho de 2014.....		120.470	(50.566)	69.904	
Total em 30 de junho de 2013.....		411	(28)		383

12) INTANGÍVEL

	Taxas	Custo	Depreciação	Em 30 de junho - R\$ mil	
				Custo líquido de depreciação 2014	2013
Outros ativos intangíveis	20%	482	(27)	455	-
Total em 30 de junho de 2014.....		482	(27)	455	
Total em 30 de junho de 2013.....					

13) CAPTAÇÕES

a) Depósitos interfinanceiros

Em 30 de junho de 2014, no montante de R\$ 1.754.348 mil e as despesas de captação somaram R\$ 18.764 mil.

b) Obrigações por operações compromissadas

Refere-se a Debêntures registradas em "Recompra a Liquidar - Carteira Própria", no montante de R\$ 18.599.637 mil (2013 - R\$ 2.954.374 mil) e as despesas de captação somaram R\$ 935.525 mil (2013 - R\$ 60.623 mil).

14) OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

a) Obrigações por repasses

Refere-se à obrigação com a EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo, relativo ao aporte de recursos financeiros transferidos pelo Fundo Geral de Turismo, atualmente, Ministério do Turismo, atualizada pela Taxa Referencial - TR, totalizando R\$ 1.258 mil (2013 - R\$ 1.252 mil).

b) Despesas de operações de empréstimos e repasses

Em 30 de junho de 2014, as despesas de operações de empréstimos e repasses somaram R\$ 8 mil.

15) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Instituição entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais. Não existem, em curso, processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

II - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

III - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial, o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da Consolidação das Leis do Trabalho. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses.

IV - Movimentação das provisões constituídas

	Em 30 de junho - R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais e previdenciárias (1)
Saldo no início do 1º semestre de 2014	56	69.597	256.779
Atualização monetária	-	-	13.138
Constituições líquidas de reversões	53	(177)	142.850
Pagamentos	(47)	-	-
Saldo adquirido por incorporação/cisão	1.415	24.454	27.531
Saldo no final do 1º semestre de 2014	1.477	93.874	440.298
Saldo no final do 1º semestre de 2013	56	69.664	130.731

(1) Compreende, substancialmente, a obrigações legais.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis - responsabilidades

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivadas se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.

Entretanto, em consequência das regras definidas para fins de privatização do BERJ, conforme cláusula 7.2.1.2 do Edital de Venda das Ações Ordinárias e Preferenciais de Emissão do Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. - em Liquidação, o Estado do Rio de Janeiro, na qualidade de alienante das ações, responde perante este BERJ e o Bradesco (Novo Controlador), sem direito de regresso, por todas as contingências, inclusive fiscais, trabalhistas, previdenciárias, cíveis, comerciais e administrativas, decorrentes de atos e fatos ocorridos até a data da privatização e que forem reclamados contra o BERJ, o Novo Controlador, ou seus sucessores, salvo se referidas contingências estiverem suficientemente provisionadas no balanço de fechamento de 03 de novembro de 2011, ou seja, se tais provisões forem suficientes para suportar os futuros e respectivos pagamentos destas contingências.

16) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2014	2013
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	684.967	367.409
Impostos e contribuições a recolher (1)	6.903	184.554
Provisões fiscais (Nota 15b)	440.298	130.731
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferido	52.465	33.563
Total	1.184.633	716.257

(1) Inclui: (i) saldo remanescente de débitos previdenciários oriundos do PAES, com saldo residual de R\$ 6.433 mil (2013 - R\$ 6.433 mil), transferidos para o Parcelamento da Lei nº 11.941/2009.

b) Diversas

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2014	2013
Provisão para passivos contingentes (Nota 15b)	95.351	69.720
Outras contingências (1)	21.853	13.752
Diversos	5.167	1.255
Total	122.371	84.727

(1) Inclui: (i) montante a devolver ao Estado do Rio de Janeiro, de R\$ 7.557 mil, decorrente de obrigações contidas no Edital de Venda do BERJ; e (ii) valor a pagar a credores habilitados durante o regime de liquidação deste Banco, de R\$ 8.502 mil (2013 - R\$ 8.256 mil).

17) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social no montante de R\$ 52.288.489 mil (2013 - R\$ 50.227.315 mil), totalmente subscrito e integralizado, é dividido em 155.463 ações ordinárias (2013 - 149.300 ações ordinárias).

b) Composição do capital social

	Quantidades de ações		R\$ mil	
	2014	2013	2014	2013
Em 1 de janeiro de 2014	149.300		50.227.315	
Aumento de capital (1)	6.163		2.061.174	
Em 30 de junho de 2014	155.463		52.288.489	

(1) Conforme AGE realizada em 30 de abril de 2014, foi aprovado o Instrumento de Protocolo e Justificação de Incorporação entre o Banco Bradesco BERJ S.A. (Sociedade Incorporadora) e Alvorada Cartões, Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Sociedade Incorporada), firmado em 29 de abril de 2014, o Capital Social do BERJ foi aumentado em R\$ 2.061.174 mil, elevando-o para R\$ 52.288.489 mil, mediante a emissão de 6.163 novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal, atribuídas ao seu único acionista, Banco Bradesco Cartões S.A. O processo continua pendente de homologação no Bacen.

c) Reservas de lucros

	Em 30 de junho de 2014 - R\$ mil	
	2014	2013
Reservas de lucros	615.237	
- Legal (1)	40.343	
- Estatutária (2)	574.894	

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutária, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

Demonstrativo dos dividendos relativo ao semestre findo em 30 de junho de 2014, estão demonstrados a seguir:

	R\$ mil
Lucro líquido do semestre	1.760.368
(-) Absorção do prejuízo acumulado	(953.500)
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro	(40.343)
Base de cálculo ajustada	766.525
Dividendos propostos	191.631
Percentual em relação à base de cálculo ajustada	25,0%
Valor em Reais por ação	1.232,65

18) DESPESAS DE PESSOAL

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2014	2013
Proventos	2.094	909
Encargos sociais	642	360
Benefícios	2.518	416
Participação dos empregados no lucro	222	186
Outras	53	-
Total	5.529	1.871

19) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2014	2013
Serviços técnicos especializados	1.691	1.849
Serviços de terceiros	695	866
Viagem no país	45	91
Propaganda, publicidade e publicações	262	331
Aluguéis	259	211
Transportes	23	43
Materiais, energia e outros	24	11
Condomínios	1.187	1.271
Processamento de dados	18	33
Sistema financeiro	337	51
Manutenção e conservação de bens	636	184
Comunicações	47	20
Depreciações	476	15
Outros	401	683
Total	6.101	5.659

20) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2014	2013
Despesas com impostos - IPTU	1.491	819
Impostos e taxas (1)	571	4.579
Contribuição à COFINS	123.423	67.536
Contribuição ao PIS	20.056	10.975
Outros (2)	-	3.995
Total	145.541	87.904

(1) Em 2013, incluiu valor de principal referente à Contribuição ao Salário-Educação, no valor de R\$ 3.239 mil; e

(2) Em 2013 refere-se ao valor de principal referente a débitos de ISS, resultantes de Autos de Infração lavrados em 1995 e 1996, antes registrados como Contingências Fiscais, reconhecidos em razão da adesão ao programa de pagamento incentivado da Prefeitura do Rio de Janeiro (PPI Carioca).

21) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2014	2013
Outras rendas operacionais (1)	43.850	26.946
Reversão de provisão operacional	935	12.397
Recuperação de encargos e despesas	2.014	2.524
Outros	559	-
Total	47.358	41.867

(1) Composto substancialmente por variação monetária de TR + 0,5% a.m. sobre os precatórios a receber.

22) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2014	2013
Patrocínio de caráter cultural	9.753	-
Atualização dos tributos e contribuições (1)	19.076	6.228
Multas e juros (2)	2	5.002
Outras	1.685	92
Total	30.516	11.322

(1) Refere-se à atualização do parcelamento da Lei nº 11.941/2009 no valor de R\$ 5.843 mil (2013 - R\$ 4.212 mil) e atualização do PIS e COFINS que estão sendo depositados judicialmente, no valor de R\$ 13.233 mil (2013 - R\$ 2.016 mil); e

(2) Em 2013, refere-se basicamente a multas e juros dos débitos de ISS incluídos no PPI Carioca, no valor de R\$ 1.700 mil, e, multa e juros referentes à Contribuição ao Salário-Educação, de R\$ 3.296 mil.

23) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2014	2013
Reversão de provisões não operacionais (1)	3.174	19.745
Rendas de aluguéis a receber	7.639	3.410
Resultado na baixa de valores e bens	5.039	8.660
Outras	(1.208)	(1.362)
Total	14.644	30.453

(1) Inclui, em 2013, reversão de provisão para perda com aluguéis a receber do Governo do Estado do Rio de Janeiro, em razão da celebração do Termo de Ajuste de Contas no valor de R\$ 6.151 mil, bem como reversão de provisão para desvalorização dos imóveis não de uso.

24) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com o controlador, empresas controladas e coligadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações e estão assim representadas:

	Em 30 de junho - R\$ mil			
	2014	2013	2014	2013
	Ativos (passivos)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Aplicações em depósitos interfinanceiros:				
Banco Bradesco S.A.	43.615.832	43.394.826	2.434.036	1.457.383
Aplicações no mercado aberto:				
Banco Bradesco S.A.	1.413.362	64.191	26.600	2.348
Captações em depósitos interfinanceiros:				
Banco Bradesco S.A.	(1.754.348)	-	(18.764)	-
Obrigações por operações compromissadas:				
Banco Bradesco S.A.	(18.599.637)	(2.954.374)	(935.525)	(60.623)
Aluguéis a receber:				
Banco Bradesco S.A.	-	-	3.240	-
Bradesco Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	214	-
BRAM - Bradesco Asset Management S.A.	-	-	214	-
Banco Bradesco BBI S.A.	-	-	516	-
Dividendos a receber:				
BEC DTVM Ltda.	11	-	-	-
Marselha Holdings Ltda.	1	-	-	-
Serel Participações Ltda.	18.171	-	-	-
Dividendos a pagar:				
Banco Bradesco Cartões S.A.	(191.631)	-	-	-

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária são fixados: O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração, a ser pago aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e

A verba destinada a custear Planos de Previdência Complement

...continuação



Banco Bradesco BERJ S.A.

(Anteriormente denominado Banco BERJ S.A.)

CNPJ 33.147.315/0001-15

Sede: Praça Pio X, nº 118, 6º Andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ

Gestão, Elaboração e Divulgação de Relatórios de Análise Econômica Financeira e Demonstrações Contábeis Consolidadas da Organização Bradesco.

ISO 9001

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Benefícios pós-emprego

	Em 30 de junho de 2014 - R\$ mil
Planos de previdência complementar de contribuição definida	2.100
Total	2.100

O Bradesco não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

25) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2014	2013
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	2.918.117	1.599.276
Encargo total do imposto de renda e contribuição social à alíquotas de 25% e 15%, respectivamente ...	(1.167.247)	(639.710)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas e controladas	5.340	1.220
Despesas indedutíveis líquidas das receitas não tributáveis	(4.955)	(5.385)
Outros valores	9.113	2.544
Imposto de renda e contribuição social do semestre	(1.157.749)	(641.331)

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2014	2013
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(863.987)	(462.173)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no semestre, sobre adições temporárias	72.672	21.086
Utilização de saldos iniciais de:		
Base negativa de contribuição social	(137.536)	(75.030)
Prejuízo fiscal	(228.898)	(125.214)
Total dos impostos diferidos	(179.158)	(179.158)
Imposto de renda e contribuição social do semestre	(1.157.749)	(641.331)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil				
	31.12.2013	Constituição	Realização	Adquirido por incorporação	30.6.2014
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.375	3.135	75	2.001	12.436
Provisões cíveis	30.449	304	172	9.780	40.361
Provisões fiscais	108.321	62.477	7	11.631	182.422
Provisões trabalhistas	205	2	-	566	773
Ajuste valor de mercado dos títulos para negociação	1.402	1.862	1.402	152	2.014
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos	-	8.247	-	7.484	15.731
Provisão para desvalorização de bens não de uso	54.286	-	1.189	172	53.269
Outras provisões	29.977	-	510	421	29.888
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	232.015	76.027	3.355	32.207	336.894
Prejuízo fiscal e base negativa	883.704	-	366.434	-	517.270
Subtotal	1.115.719	76.027	369.789	32.207	854.164
Ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda	29.671	11.690	-	-	41.361
Total dos créditos tributários (Nota 8)	1.145.390	87.717	369.789	32.207	895.525
Obrigações fiscais diferidas (Nota 16a)	35.490	5.954	578	11.599	52.465
Crédito tributário líquido das obrigações fiscais diferidas	1.109.900	81.763	369.211	20.608	843.060

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 30 de junho de 2014 - R\$ mil				
	Imposto de renda	Contribuição social	Prejuízo fiscal	Base negativa	Totais
2014	32.091	19.180	157.247	94.151	302.669
2015	89.719	53.605	89.827	176.045	409.196
2016	78.072	46.460	-	-	124.532
2017	11.129	6.603	-	-	17.732
2018	22	13	-	-	35
Total	211.033	125.861	247.074	270.196	854.164

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos, tributários monta a R\$ 826.004 mil sendo R\$ 320.643 mil de diferenças temporárias e R\$ 505.361 mil de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

e) Obrigações fiscais diferidas

A sociedade possui obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 52.465 mil (2013 - R\$ 33.563 mil) relativo a ganho de capital e atualização monetária de depósitos judiciais.

26) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos e da globalização dos negócios da Organização Bradesco, motivo pelo qual está constantemente sendo aprimorada em seus processos.

As decisões da Organização Bradesco são pautadas em fatores que combinam o retorno sobre o risco previamente identificado, mensurado e avaliado, viabilizando o alcance de objetivos estratégicos e zelando pelo fortalecimento da Instituição.

A Organização Bradesco exerce o controle dos riscos de modo integrado e independente, proporcionando unidade às políticas, processos, critérios e metodologias de controles de riscos por meio de um órgão estatutário, o Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital.

O BERJ, como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

b) Gerenciamento de capital

Em função de estar inserido no processo de gerenciamento de capital adotado pela Organização Bradesco que se utiliza de seus conglomerados financeiro e econômico financeiro do Bacen, o BERJ não dispõe de processo individual para adequação do Patrimônio de Referência.

c) Benefícios a empregados

O BERJ é patrocinador de um plano de previdência complementar para seus funcionários, na modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). O PGBL é um plano de previdência do tipo de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um FIE (Fundo de Investimento Exclusivo).

O PGBL é administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. e a BRAM - Bradesco Asset Management S.A. DTVM é a responsável pela gestão financeira dos fundos FIEs.

As contribuições dos funcionários do BERJ são equivalentes a, no mínimo, 4% do salário.

As despesas com contribuições efetuadas durante o semestre totalizou R\$ 2.143 mil (2013 - R\$ 26 mil).

O BERJ (incorporador da Alvorada Cartões, incorporadora do Banco BEC S.A.), patrocina plano de benefício definido por meio da Caixa de Previdência Privada do Banco do Estado do Ceará - CABEC.

Os recursos garantidores dos planos de previdência são investidos de acordo com a legislação pertinente (títulos públicos e privados, ações de companhias abertas e imóveis).

As obrigações atuariais dos planos de contribuição definida e benefício definido estão integralmente cobertas pelos patrimônios dos planos correspondentes.

d) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alguns pronunciamentos contábeis, suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23); e
- Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

e) Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973/14, que converteu a Medida Provisória nº 627. Essa Lei altera a Legislação Tributária Federal relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Destacamos os principais assuntos que a Lei nº 12.973/14 dispõe:

- A revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
- A tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e
- O parcelamento especial de Contribuição para o PIS/PASEP e para a COFINS.

A referida Lei ainda será regulamentada, entretanto, em nossa avaliação, não haverá impactos futuros relevantes em nossas demonstrações contábeis.

f) Não houve evento subsequente que requer ajustes ou divulgações para as demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2014.

A DIRETORIA

Célio Magalhães – Contador – 1SP199295/O-5 S - RJ

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores do

Banco Bradesco BERJ S.A. (anteriormente denominado Banco Berj S.A.)

Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Bradesco BERJ S.A. (anteriormente denominado Banco Berj S.A.) ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos Auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstân-

cias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Bradesco BERJ S.A. em 30 de junho de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Instituição, para o semestre findo em 30 de junho de 2014, que está sendo apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 30 de julho de 2014



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

Cláudio Rogélio Sertório
Contador CRC 1SP212059/O-0

PENITENCIÁRIAS FEDERAIS

Nove diretores pedem exoneração

» TANIA MONTEIRO
DA AGÊNCIA ESTADO

Nove diretores do Departamento Penitenciário Nacional (Depen) do Ministério da Justiça pediram exoneração de seus cargos com a justificativa de que há interferência política em seus trabalhos. Dos nove, quatro são diretores dos presídios federais de Campo Grande (MS), Catanduvas (PR), Mossoró (RN) e Porto Velho (RO). Foi a diretora do Sistema Penitenciá-

rio Federal, Dominique de Castro Oliveira, a que deflagrou o processo. Ela foi a primeira a pedir demissão, mas ainda permanecerá no cargo até a semana que vem.

Depois os diretores Sérgio Soares Coelho Junior e Gerson Silva de Oliveira deram sequência à onda de pedidos de demissão, concluída pelo diretor da Penitenciária em Catanduvas, Jessé Coelho de Almeida; o diretor da Penitenciária de Porto Velho, Luiz Ricardo Brandão Ramos; o diretor da Penitenciá-

ria de Campo Grande, Marcelo Correia Botelho; e diretor da Penitenciária de Mossoró, Ricardo Marques Sarto.

O problema começou na semana passada, quando o novo diretor do Depen, Renato Campos Pinto, que tomou posse no cargo em maio, determinou o cancelamento da coleta de material genético que estava agendada com a Polícia Federal e seria realizada nas penitenciárias federais loca de Catanduvas, Campo Grande, Porto Velho e Mossoró. Os diretores alegam

que o novo diretor estaria descumprido ordens judiciais, como a Lei 12.654/2013, que ordena a identificação por DNA de presos condenados por crimes violentos.

Nesta quinta-feira, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardoso, negou que exista uma crise no departamento. "Não vejo nenhuma crise. Eu vejo uma situação normal da vida administrativa em que quando um novo comandante de órgão chega, trabalha com as pessoas que acha que deve

trabalhar e aí há uma mudança absolutamente normal da vida administrativa", justificou o ministro.

Sobre a ordem de cancelamento da coleta de material genético, disse: "Não houve nenhum descumprimento de ordem judicial e essa questão de coleta de material genético de acordo com a nova lei está sendo combinada com a própria Polícia Federal, com a direção da Polícia Federal. Para que você possa cumprir a lei você tem de ter uma série de requisitos,

treinamento de peritos, há todo um diálogo com a Polícia Federal. E obviamente quem tem de comandar esse processo é o diretor do departamento do Depen, esse novo diretor".

Segundo o Ministério da Justiça, o Depen fez uma consulta à Polícia Federal "sobre a possibilidade de atender a coleta de material genético, conforme prevê a lei e, em resposta, a PF informou que está providenciando diligências para atender a demanda o mais rápido possível". (Com Agência Estado)